

# SOBRE MODIFICAÇÕES NO MESTRADO\*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i33p200-205>

João Luiz Lafetá<sup>I</sup>

## 1. ● Pós: “regime antigo” (anterior a 1971)

Para entender parte do funcionamento da Área de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, creio ser útil recuar até o “regime antigo” de pós-graduação. Centralizado em torno de Antonio Candido, regente do que chamávamos de “cadeira de Teoria”, o curso compreendia três disciplinas anuais obrigatórias e mais uma (também anual) optativa.

Eram obrigatórias “Teoria Literária e Literatura Comparada A” e “Teoria Literária e Literatura Comparada B”, ambas ministradas por Antonio Candido, e “Teoria e História do Cinema”, ministrada por Paulo Emílio Salles Gomes. A optativa era escolhida entre “Sociologia da Arte”, ministrada por Ruy Coelho, e “Estética”, por Gilda de Mello e Souza.

Tratava-se, portanto, de currículo equivalente, em termos de hoje, a oito disciplinas semestrais, e era cumprido normalmente em dois anos. Não conferia título de Mestrado ou Doutorado; este poderia ser obtido depois, por meio de dissertação ou tese, se o aluno desejasse e fosse aceito pelo orientador. No entanto, concluídos os cursos, o aluno tinha direito a um certificado do pós-graduação.

É interessante observar que esta estrutura tinha forte unidade, derivada naturalmente do fato de que os dois cursos de Teoria (quatro semestres) eram dados pelo mesmo professor. Ao lado disso, a componente interdisciplinar era contemplada e, aliás, com peso grande: quatro semestres em outras áreas (cinema e sociologia da arte ou estética).

---

\* Texto para discussão interna no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada.

<sup>I</sup> Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

## 2. Passagem para o “regime novo” (1971)

Penso que na passagem para o “regime novo” foram justamente estas duas características que se perderam. A interdisciplinaridade continuou a ser possível, visto que os alunos podem fazer cursos nos vários departamentos da Faculdade, mas deixou de ser obrigatória e articulada ao eixo da Teoria Literária. Este eixo também deixou de ser único: no “regime novo” a área incorporou outros orientadores, e Antonio Candido deixou de ser o único responsável pelas disciplinas de Teoria Literária e Literatura Comparada. Como estas tornaram-se semestrais e ministradas por vários orientadores, a unidade do programa, antes desdobrada em quatro semestres, fragmentou-se.

De qualquer maneira, é preciso ressaltar que estas duas perdas foram compensadas pela própria riqueza da diversidade de pontos de vista, introduzidos pelos professores que passaram a atuar na área (nos primeiros anos, João Alexandre Barbosa, Walnice Nogueira Galvão e Davi Arrigucci Júnior). Esta diversidade estendia-se também para outras áreas de pós-graduação, seja no domínio das Letras (era possível cursar disciplinas em várias línguas e literaturas), seja no domínio das Ciências Sociais, da Filosofia ou da História.

Parece, portanto, que a perda da unidade ocorria em virtude de uma ampliação do universo de interesses e orientações intelectuais propiciada pela criação do “regime novo” – o que era em princípio positivo. Parecia positivo, também, que o trabalho passasse a girar menos em torno de uma só pessoa e se tornasse projeto de uma equipe. Aqui poderíamos antecipar, dizendo que um dos problemas de hoje é, justamente, redefinir este possível projeto.

## 3. Estrutura curricular do “regime novo”

Uma característica notável do “regime novo” é o pequeno número de disciplinas que o aluno de Mestrado é obrigado a cursar: apenas cinco, quando no “regime antigo” (como vimos) eram oito, e a grande maioria dos cursos de pós-graduação no Brasil varia entre sete e nove. Isto é compensado pelas “atividades programadas”, leituras e pesquisas cobradas em colóquios e seminários com o orientador (30 créditos). Mas o grande peso é dado à dissertação, que vale 60 créditos, isto é, o equivalente aos créditos em “disciplinas” e “atividades programadas” somados. No Doutorado, a relação é ainda mais acentuada: 10 créditos para as disciplinas, 40 para as atividades programadas e 70 para a tese.

Tal distribuição mostra que a ênfase total do “Regime novo” de pós-graduação recai sobre as dissertações e teses. Esta ênfase talvez seja decorrente da ideia, algo difusa na Faculdade, de que o trabalho final de pós-graduação (principalmente Doutorado) deve ser monumental –

como no exemplo dos grandes mestres, de Sérgio Buarque de Hollanda a Antonio Candido, Florestan Fernandes, Egon Schaden e outros.

É claro que o modelo de alto nível constitui uma tradição que deve ser respeitada e sempre lembrada. Resta saber se ela não terá sido hipertrofiada, por exemplo, no caso do Mestrado. Talvez fosse conveniente lembrar que outro modelo de pós-graduação, enfatizando menos a dissertação, poderia levar o aluno a produzir boa pesquisa, em bons trabalhos de alcance mais modesto e limitado.

#### **4. Resultados do “regime novo” na área de TLLC**

Vinte anos depois, os resultados da pós-graduação na área de TLLC podem ser considerados bons, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo. Neste período, foram defendidas 126 dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, o que dá a média de 6,3 defesas por ano – bastante alta, se considerarmos que se trata de área pequena, que contou com cerca de dez orientadores atuantes durante este tempo. Nos últimos dez anos, foram defendidos 25 Mestrados e 42 Doutorados (de julho/81 a junho/91), totalizando 67 trabalhos concluídos, em média 6,7 trabalhos por ano – o que mostra que a área vem mantendo o nível de produtividade.

Deve-se observar que os Doutoramentos, nos últimos dez anos, predominaram sobre os Mestrados: 42 contra 25. Em parte, este fenômeno é decorrência natural de uma espécie de “segunda fase” do curso: alunos que ingressaram no começo ou em meados dos anos 70, concluíram seus Mestrados, ingressaram de novo, e concluíram seus Doutoramentos nos anos 80. Em parte, é decorrência também do pequeno número de cursos de Doutorado no país e do caráter de “excelência” das áreas de pós-graduação desta Faculdade, o que faz com que sejam procuradas por muitos docentes de universidades federais, bolsistas do PICD para Doutorado. De qualquer maneira, a diminuição do número de Mestrados é curiosa e deve ser observada: pode acontecer que ela indique também um incipiente desinteresse pela pós-graduação?

Quanto à qualidade: entre 1981 e 1991, foram publicados 23 livros (levantamento incompleto) originados de trabalhos defendidos na área. Além disso, a maioria dos titulados trabalha em universidades (USP, UNICAMP, UNESP e federais).

#### **5. Os problemas**

Os três grandes problemas colocados hoje são: 1) o tempo de titulação, considerado muito alto não só pelos órgãos financiadores, mas também por vários docentes; 2) a falta de unidade entre as disciplinas do programa, ou melhor, a falta de um “programa” homogêneo de pós-

graduação; 3) a questão do ingresso, feito ainda por meio da escolha individual do orientador, o que lhe dá um caráter excessivamente pessoal, quando em outras universidades e mesmo em várias áreas da Faculdade, já é feito de maneira mais institucional e impessoal.

Estes três pontos parecem suficientes para justificar uma tentativa de mexer em algo que, pelo menos em linhas gerais, vem dando certo. De fato, é preciso reconhecer que o tempo de titulação do Mestrado tem sido excessivamente longo: cinco anos que bem poderiam ser abreviados, se não em todos os casos, pelo menos em boa parte deles.

O longo tempo necessário para a titulação no Mestrado parece derivar, em parte, do fato de que temos encarado esta etapa da formação como um “pequeno Doutorado”, no sentido de exigir dos alunos dissertações com características muito próximas às da tese doutoral. Não se trata tanto do número de páginas, embora as dissertações venham inchando nos últimos anos, talvez numa tentativa ingênua de atingir o nível de teses. (Também estas têm crescido... como se volume de papel escrito fosse garantia de qualidade.) Mas talvez o número de páginas dê uma pista para compreender a distorção.

Trata-se de tentativas de esgotar um assunto, ou ao menos de explorá-lo no maior número possível de ramificações. Isto poderia ser qualidade. Na maior parte das vezes é defeito. Em torno de um ponto central, vão se tecendo variações que nem se aprofundam, nem acrescentam novidades ao que já se foi dito. O trabalho torna-se repetitivo e longo. Algo que poderia ter sido dito de modo direto, com brevidade, arrasta-se no esforço de parecer o que não é, nem precisaria ser – tese de doutoramento.

Relativizando: há algumas poucas, raras dissertações de Mestrado que têm de fato nível de Doutorado; há várias teses de Doutorado que incidem no mesmo defeito descrito e, fracas, situam-se no nível de dissertações de Mestrado.

Mas com certeza muitos outros aspectos problemáticos nas dissertações e teses necessitam ser discutidos. Aqui aponto apenas a conveniência de distinguir melhor os dois níveis. Neste sentido, um primeiro passo poderia ser a definição do que se espera de um Mestrado.

## 6. Por uma redefinição do Mestrado

Começemos com a questão do ingresso. Como vimos, no “regime antigo” nem todos que ingressavam na pós-graduação aspiravam aos títulos de Mestre ou Doutor. É que os tipos de interesse, envolvimento e capacidade costumam ser muito heterogêneos. Qualquer orientador sabe disso: entre os que o procuram, há desde aqueles que sequer imaginam o que é uma pós-graduação, até aqueles que têm um projeto de trabalho intelectual e as qualificações necessárias para iniciá-lo. Entre os do

primeiro grupo, cada vez mais numeroso, alguns acabam ingressando, aprendem algo nos cursos, mas raramente defendem dissertações. Para estes é que se pretende restabelecer, de forma naturalmente modificada, a possibilidade de obtenção de um título (“especialização”), que lhes seria conferido depois de cursado um determinado número de disciplinas.

Duas providências seriam de imediato necessárias: modificar a forma de ingresso e estruturar o curso, de modo a dar-lhe novamente alguma unidade.

O ingresso não poderia mais ser individual, através de um orientador escolhido pelo candidato, porque este ingressaria agora num programa, dado pelo conjunto de orientadores. Haveria, portanto, um exame de seleção e o ingresso seria feito na área de concentração. Poderíamos criar a figura do orientador acadêmico, diferente do orientador de dissertação.

Quanto ao programa, ele ficaria dividido em duas etapas. Na primeira, o aluno cursaria as disciplinas; se o desejasse, entraria em contato com qualquer orientador da área e, de acordo com ele, procuraria desde já definir um tema possível para a dissertação. Ao final desta primeira etapa, ele teria duas possibilidades: encerrar o curso e receber o diploma de especialização, ou continuar com o orientador escolhido e concluir a dissertação de Mestrado.

Para o bom funcionamento deste programa duplo (especialização/Mestrado) é preciso que o conteúdo das disciplinas esteja definido com clareza e coerência, de modo que o conjunto delas tenha unidade e preencha dois objetivos: 1) forneça aos alunos conhecimentos sólidos, em nível de pós-graduação, de problemas, teorias e métodos considerados indispensáveis para a especialização na área de TLLC; 2) desperte interesse pela pesquisa e aprimore os conhecimentos necessários para realizá-la.

A segunda etapa é a da dissertação de Mestrado, dirigida por um orientador. Aqui se coloca o problema do tempo de titulação e das características da dissertação. Penso que uma dissertação de Mestrado deve mostrar que o candidato possui: 1) conhecimento da bibliografia geral da área de concentração; 2) conhecimento da bibliografia específica do recorte de pesquisa escolhido no interior da área; 3) capacidade de pesquisa, isto é, capacidade de descobrir, selecionar e discutir os dados mais importantes desta bibliografia; 4) capacidade de reorganizar de forma coerente os dados utilizados.

Acredito que estes quatro pontos, bem explicitados, ajudem a definir melhor o âmbito do Mestrado, sem os exageros do arremedo de Doutorado, da obsessão com o número de páginas ou das tentativas ingênuas de esgotar o assunto. É claro que, em última análise, tudo depende da maneira como estes pontos sejam encarados: seria bom evitar extremos como a exigência de um conhecimento profundo demais da

bibliografia geral, ou, na outra ponta, a admissão de um conhecimento superficial, mínimo, da mesma bibliografia. Mais que uma questão de bom senso, a medida justa será uma questão de prática: o padrão de qualidade será definido levando em conta os parâmetros, aproveitando a experiência existente e redimensionando-a em função dos novos resultados obtidos.

Outros pontos permanecem em aberto, para serem melhor discutidos. Que disciplinas comporiam o núcleo deste novo programa? Quantas seriam? Em que tempo poderiam ser cursadas? Quanto tempo seria necessário para a realização da dissertação de Mestrado?

De qualquer modo, as questões do tempo de titulação e da qualidade dos trabalhos precisam ser harmonizadas. E não poderíamos esquecer, como características do programa, aquilo que foi perdido na passagem do “regime antigo” para o “regime novo”: a unidade e a interdisciplinaridade.

**João Luiz Lafetá** graduou-se em Letras pela Universidade de Brasília. Sob orientação de Antonio Candido, na Universidade de São Paulo, concluiu o mestrado em 1973, com a dissertação sobre a crítica e o Modernismo, e obteve o título de doutor em 1980, com a tese sobre a lírica de Mário de Andrade. Lecionou na USP como instrutor voluntário, sem vínculo empregatício e sem remuneração, junto à disciplina Introdução aos Estudos Literários. Durante os anos de chumbo, escreveu diversos artigos para o jornal *Movimento*, um dos órgãos alternativos de resistência à ditadura. Foi professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor de Teoria Literária na Universidade Estadual de Campinas e professor visitante de Literatura Brasileira no Lateinamerika, Instituto na Universidade de Berlim. Segue um nome fundamental da crítica literária brasileira, com estudos da obra crítica e poética de Mário de Andrade, ensaios sobre a poesia de Ferreira Gullar, sobre os romances de Graciliano Ramos e sobre os contos de Rubem Fonseca. Faleceu em 19 de janeiro de 1996.